

O CENTRO DA REDE CEDES NO MARANHÃO: POSSIBILIDADES DE AVANÇO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

Silvana Martins Araujo, UFMA, e-mail: silvanaaraujo@elo.com.br
Raffaella Andressa dos Santos Araujo, IFMA, e-mail: raffaella.araujo@ifma.edu.br
Aline Silva Andrade Nunes, IFMA, e-mail: aline@ifma.edu.br

RESUMO: O trabalho tem por objetivo apresentar as ações do Centro da Rede CEDES no Maranhão como uma possibilidade concreta para o desenvolvimento de estudos e pesquisas em Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Faz um breve levantamento do “estado da arte” na área, para então expor as principais atividades desenvolvidas pelo Centro, como forma de qualificar a gestão em política pública no Estado do Maranhão. Dentre as ações destacam-se: dois projetos de pesquisas, sendo um na área de legislação e outro na temática de quilombolas; curso de pós-graduação em Gestão Pública e um curso de extensão na área de lazer. As ações serão desenvolvidas durante dois anos em parceria com pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão – UFMA (Instituição proponente) e o Instituto Federal do Maranhão – IFMA (Instituição parceira). Compreende-se que a criação deste Centro no Estado contribuirá decisivamente para a ampliação da produção do conhecimento em Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

PALAVRAS CHAVE: Rede CEDES; Política Pública; Esporte; Lazer.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar as ações do Centro da Rede CEDES no Maranhão como uma possibilidade concreta para o desenvolvimento de estudos e pesquisas em Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Em 2005, o Núcleo da Rede CEDES foi criado na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física (GEPPEF) do Departamento de Educação Física (DEF) e cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq, com o intuito de ampliar as pesquisas na área de políticas públicas em esporte recreativo e lazer na perspectiva de inclusão social.

O convênio realizado com o Ministério do Esporte (ME) possibilitou a criação de infraestrutura básica que favoreceu a seleção de projetos pesquisa em todos

editais da REDE CEDES, da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e, também, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA), ampliando a produção científica na área das humanidades no Estado, tais como a publicação de livros, relatórios de pesquisas e apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais. A estruturação do Núcleo da Rede CEDES na UFMA proporcionou uma visibilidade significativa para essa área no âmbito institucional e na sociedade maranhense.

Em outubro de 2015, a proposta era de estruturação e de funcionamento do Centro da Rede CEDES com o objetivo de criar polos aglutinadores de grupos de pesquisa fundamentados nas Humanidades que pudessem contribuir para a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer. O Centro da Rede CEDES no Maranhão, em parceria entre a Universidade Federal do Maranhão (UFMA - instituição executora) e o Instituto Federal do Maranhão (IFMA - instituição parceira) foi contemplado em chamada pública, lançada pelo Ministério do Esporte (ME), por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), para o desenvolvimento de Pesquisas em Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Os projetos selecionados¹ recebem recursos do Orçamento Geral da União durante dois anos para criação de Centros em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal.

É importante destacar que a discussão de políticas públicas de esporte e lazer no cenário de pesquisas do campo da Educação Física é relativamente nova, uma vez que somente a partir de meados dos anos 1980, os debates acerca dessa temática ganharam importância nas universidades, marcadas pela publicação da obra “Política de Esporte no Brasil” em 1986, de Carlos Eduardo Manhães, e pela realização de alguns eventos científicos.

Diante desse contexto e com a necessidade de debater às possibilidades de estruturação e viabilização de atividades sistemáticas e projetos especiais na área de políticas públicas de esporte e lazer do Centro da Rede CEDES no Maranhão, acredita-se

¹ Cabe salientar que dos vinte e sete projetos contemplados, apenas seis foram classificados no primeiro momento e sem nenhuma ressalva, estando incluída a proposta encaminhada pelo GEPPEF/DEF/UFMA nessa categoria. Posteriormente, no mês de maio de 2016, foram estabelecidos mais 10 convênios, totalizando 16 propostas aprovadas, com a expectativa de 11 pleitos restantes em processo de publicação no Diário Oficial.

que será alcançada legitimidade pública e acadêmica que incidirá no processo de (re)significação da Educação Física, do Esporte e do Lazer.

Neste sentido, além desta introdução, sistematiza-se o artigo em três tópicos: o primeiro tópico aponta o percurso histórico que descreve a relevância atual das discussões sobre as políticas públicas de esporte e lazer na área da Educação Física do Brasil e, em específico no Maranhão; o segundo, registra a estruturação, o funcionamento e as principais ações que estão sendo desenvolvidas pelo Centro; por fim, apresenta-se a conclusão.

O QUE SE TÊM PRODUZIDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER?

A partir de meados da década de 1980, as discussões e estudos de políticas públicas de esporte e lazer no meio acadêmico da Educação Física ganham importância. Segundo Linhales e Pereira Filho (1999), a consolidação dessa temática buscou desvendar o conhecimento produzido acerca das relações entre o esporte, a sociedade e o Estado.

Em um levantamento sobre o “estado da arte” dos estudos do lazer no Brasil, Peixoto (2007) identificou a temática “elaboração/avaliação de políticas públicas” voltadas para o lazer nos âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional e cita como referência o livro de Marcelino (1996) intitulado “Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras”.

Na organização e difusão do conhecimento sobre esse objeto, destacam-se também: o Grupo de Trabalho Temático (GTT) em Políticas Públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), tendo seus trabalhos publicados nos anais dos Congressos Brasileiros de Ciências do Esporte (CONBRACE); as pesquisas apresentadas nos Encontros Nacionais de Recreação e Lazer (ENAREL), bem como as publicações específicas em periódicos como *Licere*, *Motrivivência* e *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* (RBCE).

Vale salientar que a eleição de setores do campo democrático-popular para governos municipais e estaduais a partir de 1985 abriu uma nova perspectiva para as políticas governamentais na área de esporte e lazer, quando estas administrações assumiram o desafio de implementar políticas diferenciadas das tradicionais, incorporando as reivindicações sociais de democratização das políticas públicas.

Desse modo,

[...] o conceito de gestão ganhou sentido bastante distinto daquele adotado pelo campo conservador. Gestão democrática, orçamento participativo, controle social, ganham espaço nessas administrações, pressionando o meio acadêmico comprometido com essas forças políticas a tanto fornecerem referenciais teóricos para esse outro modo de governar, quanto para exercerem o papel de críticos propositivos das iniciativas governamentais. (CASTELLANI FILHO, 2006, p. 128).

Ao lado disso, a ampliação da produção de conhecimentos sobre políticas públicas de esporte e lazer e a participação política de pesquisadores da Educação Física em gestões municipais conferiram novas referências para esse setor na esfera pública.

É importante mencionar, igualmente, que alguns pesquisadores da área têm se dedicado a fazer levantamento e análise da produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, tomando como referência principalmente os trabalhos apresentados no GTT de Políticas Públicas do CONBRACE. Entre eles, encontram-se Linhales e Pereira Filho (1999), Amaral e Pereira (2009) e Húngaro *et al* (2009).

Mais recentemente e de forma ampliada, Starepravo (2013) e Sousa, Silva e Silva (2013) analisaram a produção científico-acadêmica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, nos períodos 2005-2009 e 2007-2012, respectivamente. De maneira geral, constataram um impulso significativo da produção a partir dos anos 2000, com divulgação maior nos eventos científicos do que nos periódicos. Foram mapeadas pesquisas com essa temática em diversas áreas do conhecimento, no entanto, o campo acadêmico da Educação Física tem concentrado o maior número de grupos de pesquisa, apesar de identificarem a necessidade de indução de mais investigações na área.

Entre os motivos que favoreceram o aumento quantitativo das pesquisas em políticas públicas de esporte e lazer, os autores citam: o crescimento e fortalecimento dos programas de pós-graduação em Educação Física com linhas específicas sobre políticas públicas; a criação de fóruns específicos de discussão; a edição de periódicos com números temáticos; a ampliação do número de grupos de pesquisa e a publicação de novos livros.

Porém, atribuem o maior protagonismo para o crescimento da produção científica no campo à criação da Rede CEDES no Ministério do Esporte, a partir de 2004, que possibilitou financiamento para pesquisas sobre esporte e lazer, na perspectiva das humanidades, incentivando um maior número de pesquisadores a se envolverem com a temática. Esse apoio impactou a produção e divulgação de vários trabalhos em âmbito

nacional, contribuindo para a redução da desigualdade histórica da pesquisa científica nas diferentes regiões do país, por exemplo, entre os trabalhos apresentados no CONBRACE de 2007, Starepravo (2013) destaca que 46,5% deles foram resultantes do financiamento da Rede CEDES.

No entanto, as pesquisas ainda se concentram preponderantemente nas Universidades do Sudeste e Sul do Brasil, favorecidas pelas suas condições objetivas estruturais, enquanto as regiões Norte e Nordeste permaneceram numa situação de certa marginalidade.

O Maranhão, estado com baixos indicadores socioeconômicos, ainda permanece na condição de atraso no seu desenvolvimento científico e tecnológico, fruto da política que instaurou relações de poder oligárquicas e patrimonialistas.

Para a superação do quadro de vulnerabilidade social ao qual o estado está submetido, a UFMA tem um papel determinante, promovendo estudos em diversas áreas do conhecimento, especialmente aqueles relacionados às políticas públicas de educação, saúde, esporte e lazer, na perspectiva de qualificação da gestão, como forma de garantir e ampliar o preceito constitucional previsto no artigo nº 217: “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um [...] § 3.º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social (BRASIL, 1988).

A constatação empírica das dificuldades no campo da gestão de política de esporte e lazer no Estado do Maranhão, como: a baixa qualificação dos agentes sociais e gestores públicos, a falta de uma política regular de animação, a insuficiência de espaços públicos e falta de manutenção, a carência de um conjunto de ordenamento legal que regulamente a prática esportiva e de lazer no Estado, entre outros, revela a necessidade de intervenção acadêmico-científica que venha contribuir com a mudança do quadro atual.

A experiência acumulada e a tradição de pesquisa na área credenciou a UFMA ao pleito de sediar o referido Centro, pois pretende contribuir com a qualificação da gestão pública de esporte e lazer, através de desenvolvimento de novas pesquisas, eventos científicos, cursos de extensão e especialização, como também, consultorias a gestores municipais e estaduais, como forma de colaborar com o desafio da ampliação do acesso ao direito ao esporte e lazer no Estado do Maranhão.

No próximo tópico será apresentado como o Centro da Rede CEDES no

Maranhão está sistematizado, seu funcionamento e as principais ações que estão sendo desenvolvidas.

O CENTRO DA REDE CEDES NO MARANHÃO: DO PRESCRITO À IMPLEMENTAÇÃO

Viabilizar a estruturação do Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e de Lazer da Rede Cedes no Estado do Maranhão requer esforço coletivo, pois muitos serão os trabalhos a serem desenvolvidos pela equipe responsável pelo Centro durante dois anos.

O Centro tem como objetivo principal fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico na área das políticas de esporte e lazer com vista à qualificação da gestão pública. São realizadas atividades de pesquisa, extensão e assessoramento contribuindo para a ampliação e garantia do direito ao esporte e lazer no Maranhão.

Compõem a equipe executora, integrantes da Instituição Proponente do projeto, a UFMA, e componentes da Instituição Parceira, o IFMA. Na Instituição Proponente participam: um Coordenador do Centro, uma Pesquisadora-Bolsista, cinco pesquisadores e dois bolsistas; na Instituição Parceira, cinco pesquisadores. Essa equipe se reúne semanalmente nas dependências da UFMA para viabilizar as atividades/ações previstas pelo Centro.

Para melhor organização, as ações previamente planejadas foram divididas em atividades sistemáticas e projetos especiais. A primeira, engloba atividades que ocorrerão durante os dois anos de implantação do Centro; a segunda, reúne atividades específicas, como por exemplo a realização de evento científico.

O Centro prevê as seguintes atividades sistemáticas: 1) reuniões semanais de planejamento, desenvolvimento e avaliação das ações do Centro da Rede CEDES do Maranhão; 2) reuniões em instituições públicas e privadas do Estado do Maranhão com pesquisadores da área de Educação Física, para incentivar a criação de novos grupos e/ou linhas de pesquisas em políticas públicas de esporte e lazer, visando a integração ao Centro da Rede CEDES-MA; 3) contatos com pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento a fim de mobilizar a estruturação do Centro de Memória de Esporte e Lazer do Maranhão (CMELMA); 4) socialização do conhecimento científico oriundo das pesquisas desenvolvidas no Centro da Rede CEDES-MA através de participação em

eventos científicos e publicação em periódicos; 5) mobilização do poder público e da comunidade esportiva para a elaboração de legislação específica visando à ampliação do direito ao esporte e lazer no Estado do Maranhão; 6) ação de integração de grupos de pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer entre o Maranhão, Pará e Piauí.

Das atividades sistemáticas descritas, destaca-se a primeira com a realização de reuniões contínuas, na qual está em fase de conclusão os estudos de introdução geral às temáticas. Foram realizadas leituras e discussões de produções científicas de 2004 a 2015 que revelam aspectos conceituais gerais, aspectos orientadores de produção do conhecimento científico, construção de ideias e financiamento de políticas, esporte e lazer. Finalizando essa etapa, a equipe se envolverá em estudos mais aprofundados sobre as temáticas de pesquisas que serão desenvolvidas e que estão contempladas nos projetos especiais.

Os projetos especiais que serão realizados integram: 1) desenvolvimento de pesquisas sobre a legislação de esporte e lazer no Estado do Maranhão e sobre as Políticas Públicas em áreas quilombolas no Maranhão com envolvimento de estudantes bolsistas e pesquisadores da instituição proponente e instituição parceira; 2) curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer (360 horas) destinado a profissionais de esporte e lazer e gestores municipais e estaduais; 3) curso de aperfeiçoamento em Lazer (120 horas) para agentes sociais de esporte e lazer e profissionais de Educação Física; 4) VII Semana Maranhense de Educação Física e I Seminário Regional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, voltados para estudantes e profissionais de Educação Física dos Estados do Maranhão, Piauí, Pará, entre outros; 5) produção de livros oriunda das pesquisas desenvolvidas pelos grupos, a serem distribuídas para as Secretarias Municipais de Esporte e Lazer e bibliotecas públicas; 6) consultorias técnicas a gestores municipais e estadual de esporte e lazer do Maranhão.

A pesquisa sobre “Legislação de esporte e lazer no Estado do Maranhão” investigará o ordenamento legal referente a área de Esporte e Lazer no Estado, como forma de subsidiar as ações públicas para a garantia desse direito e a pesquisa “Práticas corporais nos quilombos: elementos para construção de políticas públicas de Esportes e Lazer em terras do Maranhão” que visa realizar levantamento das Práticas Corporais no âmbito do Esporte e do Lazer em comunidades quilombolas localizadas no litoral ocidental do Maranhão, especificamente no município de Guimarães com vistas a elencar

elementos que subsidiem a construção de Políticas Públicas de Esporte e Lazer que atendam interesses e necessidades peculiares a essas comunidades.

Como pode-se observar, são ações prescritas que o Centro da Rede CEDES do Maranhão tem trabalhado para a materialização de uma proposta que viabiliza a consolidação da produção do conhecimento de políticas públicas de esporte e lazer, e, por conseguinte, provê carências de pesquisas sobre essa temática para favorecer um crescimento da qualificação acadêmica e profissional na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, nota-se que o campo de investigação em Políticas Públicas de Esporte e Lazer está em um momento de expansão no que se refere às pesquisas. O aumento da produção científica foi potencializado pela criação da Rede Cedes, que desde 2005, incentiva a investigação na área.

O GEPPEF/DEF/UFMA tem, desde o início da Rede Cedes, contribuído com o processo de consolidação de estudos sobre o lazer e seus desdobramentos, incluindo-se neste interim, o debate sobre as políticas públicas de esporte e lazer.

Nesta etapa, considerando a trajetória do GEPPEF e a parceria firmada com o IFMA, este grupo torna-se protagonista da nova forma de organização e estruturação da Rede Cedes, por compreender que a criação deste Centro no Estado contribuirá decisivamente para a ampliação da produção do conhecimento em Políticas Públicas de Esporte e Lazer e, conseqüentemente, para a qualificação da gestão pública no Maranhão.

559

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Chamada Pública – Rede CEDES**. 2015. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/rede-cedes/chamada-publica-rede-cedes-2015>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2016.

BRASIL. Constituição (1988), de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 05 out. 1988.

LINHALES, Meily Assbú; PEREIRA FILHO, José Ribamar. Intervenção, conhecimento e mudança: a Educação Física, o esporte e o lazer nas políticas públicas. In: GOELNER,

Silvana Vilodre (Org.). **Educação Física / Ciências do Esporte**: intervenção e conhecimento. Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1999. p. 37-47.

PEIXOTO, Elza. Levantamento do estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI - alguns apontamentos. **Educação & sociedade**, v. 28, n. 99, mai./ago., 2007, p. 561-586.

SOUSA, Wilson Luiz Lino de; SILVA, Régis Henrique Dos Reis; SILVA, Tiago Onofre da. O "estado da arte" em políticas públicas de esporte e lazer - 2007/2012. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 18, 2013, Brasília. **Anais**. Brasília: CBCE, 2013. p. 1 - 16.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Esporte, política e ciência**: a produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Curitiba: CRV, 2013. 164 p.